



**Centro sofre nova
condenação em caso de
assédio moral**

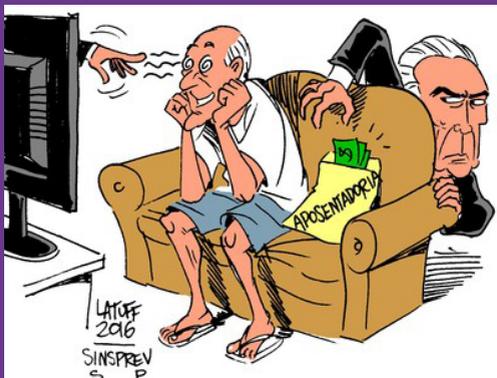
Pág. 6

**Defesa do emprego e
dos cursos: Mobilização
rende frutos**

Pág. 3

**Reforma da Previdência
é golpe contra o povo**

Págs. 7 e 8



**PL 920, o "pacote de
maldades de Alckmin"**

Pág. 8

**O VIII Congresso
da categoria e as
lutas que virão**

*Os debates e encaminhamentos desta
importante instância do nosso Sindicato
estão nas págs. 4 e 5*

Data-base 2018

Reivindicações de revisão da carreira e garantia do emprego público sintetizam eixos da campanha salarial do ano que vem

*Reajuste salarial, melhores condições de trabalho, defesa do emprego
e da qualidade dos cursos são tópicos centrais*

O ano de 2017 está chegando ao fim. Longe da calma e do espírito natalino que costumam prevalecer no mês de dezembro, a situação é das mais agitadas no cenário político e econômico do país. E tudo tem muito a ver com os trabalhadores do Centro.

De um lado, temos a tentativa do governo Temer de emplacar a reforma da Previdência, uma das medidas mais reclamadas pelos financiadores do golpe que o levou a Brasília em meados de 2016: os grandes empresários, banqueiros e latifundiários. Nas páginas 7 e 8, você lê mais sobre as mudanças propostas e a reação dos trabalhadores.

Por sua vez, o governo Alckmin tenta emplacar um projeto de lei - o nº 920/2017, en-

viado à Assembleia Legislativa em 5/10 - que prevê a renegociação da dívida paulista junto à União, tendo como "garantias" o congelamento por dois anos dos investimentos públicos (saúde, educação, segurança etc.), da concessão de reajustes, promoções e outros. Esse assunto está na página 8.

A Superintendência do Centro Paula Souza também dá seu quinhão de contribuição neste bombardeio contra os servidores e a população. Na tentativa de colocar em prática a reforma do Ensino Médio, aprovada pelo governo Temer a toque de caixa e sem qualquer discussão com a sociedade, a direção do Ceeteps pro-





moveu um conjunto de medidas que colocaram em xeque o emprego de milhares de docentes das ETECs e o futuro dos cursos oferecidos por elas e pelas FATECs, como você vê na página 3.

Em meio a este cenário de retrocessos e ataques ao serviço público e ao funcionalismo, uma coisa é certa: a luta e a mobilização dos trabalhadores são os únicos combustíveis capazes de impedir a retirada de direitos e de nos trazer conquistas. É neste cenário que devemos projetar nossa campanha salarial em 2018.

Mudanças na carreira & data-base 2018

No dia 2/10, diretores do Sinteps protocolaram, junto à Superintendência do Centro Paula Souza, as propostas da categoria para a revisão da carreira implantada em 2014. O projeto protocolado foi amplamente debatido e aprovado no VIII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, realizado em julho deste ano.

A entrega do projeto sinalizou o início das discussões em torno da data-base de 2018, pois as alterações pedidas no documento traduzem as principais reivindicações da nossa categoria, entre elas:

- Novas tabelas reajustadas para todos os segmentos;
- Implantação de jornada para os docentes (10, 20, 30 e 40 horas);

- Fim das avaliações de desempenho, com respeito à antiguidade - de 2 em 2 anos;
- Fim do interstício para as titulações e respeito à lei da carreira;
- Política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste salarial definidos pelo Cruesp;
- Retorno da sexta parte;
- Aumento das referências para todas as tabelas, de modo a garantir as titulações de doutorado (ETECs), mestrado (técnicos e administrativos e auxiliares de docentes) e pós-doutorado (FATECs);
- Extensão da licença maternidade de 180 dias às servidoras celetistas;
- Implantação do plano de saúde institucional;
- Extensão do enquadramento especial por titulação aos administrativos e aos auxiliares de docente.

... dentre outras, que podem ser conferidas na íntegra do projeto de nova carreira defendido pelo Sinteps, que está no site (www.sinteps.org.br), em "Fique por dentro".



Mobilizar para avançar

Em 2017, tivemos uma conquista importante, que foi a equiparação salarial à Lei 1.080/2008 para os servidores técnico-administrativos, histo-

ricamente os mais archochados da instituição. Durante a "discussão" do projeto na Assembleia Legislativa, o Sinteps lutou para ampliar a conquista para todos os trabalhadores da categoria, propondo emendas para a melhoria nos vencimentos dos cargos em confiança, o fim do interstício de 6 anos para promoção, o enquadramento especial para os técnico-administrativos e auxiliares de docente, além de outras. Porém, o governador não aceitou mudar nenhuma vírgula do projeto que encaminhou e, ainda, deixou para assinar no último dia, remetendo assim os efeitos financeiros da conquista apenas para dezembro.

Vale destacar, ainda, que o Sinteps foi o único sindicato do país a conquistar 32% de correção salarial, mesmo que para uma parcela da categoria.

Frente a tantas notícias ruins, valorizar o trabalho do Sindicato na defesa dos trabalhadores é muito importante.

Agora, temos que ir além e cobrar da Superintendência e do governo as reivindicações que não foram atendidas, mas continuam na ordem do dia. E, se queremos que nos atendam, não resta dúvida: teremos que ampliar a mobilização na nossa categoria em 2018!

Algumas boas razões para lutarmos em 2018

1) Estamos sem reajuste há três anos (a recente equiparação do pessoal técnico-administrativo à Lei 1.080/2008 foi o único e importante avanço neste período) e sem qualquer perspectiva de reajuste salarial para toda a categoria, pelo quarto ano seguido.

2) Pessoal técnico-administrativo e auxiliares de docente ainda não tiveram a evolução especial por titulação (concedida aos docentes em julho/2016, fruto da greve organizada pelo Sinteps em 2014).

3) Desprezo com a profissão docente: Após atender à reivindicação do Sinteps e ampliar a pontuação do docente em sala de aula (de 180 para 408 pontos), a Superintendência do Centro publicou "nova" versão da



Portaria CETEC 1.263/2017, onde a pontuação dos "cargos em confiança" é ampliada para 592 pontos.

4) Divulgação de portaria cortando o vale transporte de quem reside a mais de 75 km de seu local de trabalho. (veja detalhes na página seguinte)

Obs.: É preciso ampliar a luta contra a aprovação do PL 920/2017, enviado pelo governador Alckmin à Assembleia Legislativa, que pode congelar por dois anos os investimentos públicos, os salários, promoções, quinquênios e outros, além de aumentar a contribuição previdenciária. (leia mais na página 8)

Defesa do emprego e dos cursos

Mobilização impediu implantação imediata da reforma do EM no Centro, mas luta não acabou

As denúncias e o chamado à greve em defesa do emprego, feitos pelo Sinteps em meados de novembro, impulsionaram a mobilização em muitas unidades do Centro. Embora insuficiente para definir a deflagração da greve, a mobilização ganhou as ruas em vários municípios e produziu efeitos decisivos.

Em 28/11, a Superintendência do Cetepeps finalmente divulgou as grades curriculares dos cursos de ETECs para 2018, o que vinha mantendo em sigilo até então, alimentando a séria desconfiança de que pretendia enxugá-las já para o próximo ano letivo, embora a malfada reforma do Ensino Médio ainda não tenha sido iniciada, pois depende da aprovação e divulgação da Base Nacional Comum Curricular (a BNCC), o que ainda não ocorreu. Pelos informes recebidos pelo Sinteps, as grades permanecem com a mesma composição e carga horária, o que representa uma vitória para a categoria!

No mesmo dia, a Superintendência encaminhava resposta ao ofício protocolado pelo Sindicato em 1/11, no qual pedia esclarecimentos sobre: o adiamento do vestibulinho/vestibular para janeiro, o segredo em torno das matrizes curriculares dos cursos das ETECs, a criação de cursos “piloto” com cargas reduzidas e, por fim, a mudança da atribuição de aulas de dezembro para fevereiro. Somadas, estas medidas apontavam concretamente para o risco de demissão de docentes em larga escala no início de 2018.

No ofício, o Centro dá explicações burocráticas para o atraso do vestibular/vestibulinho 2018 para janeiro e diz, que apesar disso, não haverá “quaisquer prejuízos aos docentes”.

A marcação da atribuição de aulas para 1/2/2018 é assim explicada: “Apesar de no dia 15/12 já contarmos com a prévia das demandas dos cursos para o ano de 2018, é somente a partir deste momento que iniciam-se os processos em relação a solicitação e autorização das divisões de classes em turmas e análise do quantitativo de HAE.”

Em relação à implantação de 50 “cursos piloto”, que terão carga horária reduzida, o ofício justifica que o assunto foi “democraticamente discutido na Autarquia, especialmente com o Comitê dos Diretores de Unidades Escolares, órgão representativo das respectivas Direções de Unidades Escolares, que concorda-



ram em gênero, grau e número de fazer um projeto piloto, com nova matriz curricular”. Para o Sinteps, a afirmação é absolutamente questionável por duas razões:

- 1) A “democrática” consulta às unidades para implantação do curso piloto deu-se no prazo de uma semana, tempo claramente insuficiente para debate de mudança tão impactante
- 2) A maioria das direções de unidade não debateu o assunto com sua comunidade. Entre os

que concordaram com o curso piloto, a maioria decidiu por conta própria. E isso não é nada democrático.

Mobilização continua

O Sinteps conclama os trabalhadores a manterem e ampliarem a mobilização. Nos locais onde as atividades foram impulsionadas, os resultados têm sido excelentes. Estão sendo coletados abaixo-assinados, moções juntos a vereadores e deputados, entre outras iniciativas.

O pessoal da ETEC Lauro Gomes, em São Bernardo, por exemplo, está dando um show de cidadania. Eles promoveram várias atividades na escola e na Câmara de Vereadores, onde coletaram apoios e deram entrevistas à imprensa.

Este é o caminho! A luta agora é pela manutenção da atribuição de aulas neste ano e sem nota de corte no vestibular/vestibulinho. Converse com os colegas de sua unidade e entre na mobilização. Os materiais de apoio (modelos de moção, por exemplo) estão no site (www.sinteps.org.br), em “Fique por dentro” – “Mobilização em novembro 2017”.



Portaria CETEC, corte no vale transporte, reforma do ensino médio

Medidas judiciais como apoio, mas sem substituir a luta!

A assessoria jurídica do Sinteps ingressou com medida judicial contra a Portaria CETEC 1.263/2017 (que privilegia cargos de confiança na atribuição de aulas) e contra o corte do vale transporte para quem mora a mais de 75km do local de trabalho. Por sugestão encaminhada por meio do Conselho de Diretores de Base (CDB), os advogados do Sindicato também estão estudando a possibilidade de contestar na justiça o fato de o Centro dar início à reforma do EM sem que seja conhecida a Base Nacional Comum Curricular.

Mas sabemos os limites do judiciário, que raramente é favorável aos trabalhadores. Por isso, é importante saber que as medidas judiciais podem ser um apoio às nossas reivindicações, mas não substituem em hipótese alguma a luta.

Ação do VT

O Sinteps ingressou com uma ação civil pública (ACC) em 10/11/2017, junto à 48ª Vara do Trabalho de São Paulo. A ação pede a sustação da medida anunciada pelo Centro Paula Souza, de corte do vale transporte dos servidores que moram a mais de 75km do trabalho. O pedido é de “tutela antecipada de urgência”, ou seja, preservação imediata do direito. Até o fechamento desta edição, em 4/12/2017, o juiz ainda não havia se manifestado.

O número do processo é: 1002097-34.2017.5.02.0048 - Vale Transporte.

O VIII Congresso dos Trabalhadores do Centro e as lutas que virão

Delegados e observadores de unidades de várias partes do estado debateram temas da conjuntura e definiram o plano de lutas para o próximo período

De 12 a 16 de julho de 2017, aconteceu em Nazaré Paulista o VIII Congresso dos Trabalhadores do Centro Paula Souza. Foi um momento importante na organização da nossa categoria, que culminou com a aprovação do plano de lutas que deverá nortear a ação do Sinteps no próximo período. O congresso é a instância máxima de discussão e deliberação do nosso Sindicato.

O VIII Congresso contou com a presença de cerca de 100 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. “Foi o maior da história da entidade em número de delegados, o que corresponde ao crescimento do Sindicato e de sua representação nas bases”, destacou Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps.

Na abertura, havia representantes de entidades irmãs do Sinteps: João Chaves representou a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e a coordenação do Fórum das Seis; João Carlos Camargo de Oliveira falou em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp); Antônio Alves Neto (Toninho) representou o Sindicato dos



Trabalhadores da Unicamp (STU) e o setor de Estaduais da Fasubra Sindical (a Federação à qual é filiado o Sinteps); Elcio Marcelino trouxe a saudação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também compuseram a mesa: Celso Luís Sá Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande e ex-diretor da Fasubra; Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps; e Neusa Santana Alves, diretora do Sinteps e membro da direção da Fasubra.

“As reformas do governo Temer, como a Trabalhista e a pretendida na Previdência, nos remetem à segunda metade do século 19”, alertou Celso ao comentar a conjuntura atual.

“Os poucos avanços que conquistamos nos últimos anos são insuportáveis para os donos do capital”, assinalou Chaves, lembrando que a “tragédia de retirada de direitos” começou com a aprovação da PEC do Teto”, que estabelece um limite de gastos por 20 anos em áreas como saúde e educação.

Para Toninho, o que vem acontecendo nas universidades estaduais do Rio é um laboratório do que pode ocorrer nas demais. “Há em curso um processo de desmonte das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. A estes governos, não interessa a produção soberana de conhecimento e de tecnologia em nosso país, pois o grande capital internacional quer nos vender tudo pronto”, opinou.

Classificando o momento atual como de “muita sombra”, João Carlos ponderou que, “se os trabalhadores e todos os setores da população que estão sendo atacados reagissem com vigor, estes ataques não passariam.”

“Devemos apostar na unidade completa entre os setores que querem lutar, independente da categoria profissional, sindicato ou agremiação política de cada um”, conclamou Celso, sintetizando a perspectiva defendida por todos os palestrantes que falaram durante o VIII Congresso do Sinteps.

Quer saber mais sobre os temas abordados nas palestras?

No site – em “**Fique por dentro**”, no item “**VIII Congresso do Sinteps**” – você encontra os materiais utilizados pelos palestrantes nos seguintes temas:



- O sistema de ensino superior público paulista – Ensino técnico e tecnológico

O tema foi abordado por João da Costa Chaves Júnior, presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e da coordenação do Fórum das Seis Entidades



- Assédio moral, o sofrimento invisível

O tema foi abordado por Felipe Dantas Rodrigues, ex-aluno e ex-servidor da ETEC Horácio

Augusto da Silveira. Vítima de assédio, Felipe protagonizou uma ação judicial vitoriosa contra o Centro. De vítima a militante contra o assédio, ele se coloca à disposição para palestras (felipedantas2107@yahoo.com.br)



- Segurança do trabalho nas escolas técnicas

Marcelo Oshikiri, da ETEC Carlos de Campos, membro do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps, falou sobre sua experiência na área, apontou as

deficiências nas unidades quando o assunto é segurança no trabalho e deu dicas importantes sobre o tema. Ele se coloca à disposição dos colegas do Centro pelo e-mail plasfom@ig.com.br

- Conjuntura: “A Revolução: tão longe e tão necessária”

Trata-se de artigo do sociólogo Celso Luís Sá Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que palestrou sobre conjuntura nacional e internacional durante o VIII Congresso.



O Plano de Lutas aprovado no VIII Congresso

Tendo como base as propostas apresentadas pela tese “Sinteps sempre na luta”, o plano de lutas aprovado ao final do VIII Congresso tem a função de nortear as lutas da categoria nos anos que virão. Confira os itens aprovados:

- 1) Intensificar o apoio aos movimentos dos trabalhadores do mundo. Em defesa dos seus direitos;
- 2) Defender um modelo econômico que garanta um mundo melhor para todos, sem discriminação de classe;
- 3) Ser contra a retirada dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo;
- 4) Denunciar junto à Organização Internacional do Trabalho as convenções ratificadas pelo Brasil e desrespeitadas pelo governo do estado de São Paulo;
- 5) Ser contra a interferência dos países imperialistas na soberania de qualquer povo;
- 6) Ser contra os conflitos armados, que nada mais são do que o financiamento da indústria armamentista e causadores da migração forçada;
- 7) Defender formas limpas e renováveis de energia;
- 8) Ser contra a privatização e a internacionalização da Amazônia e da água do planeta;
- 9) Lutar pela preservação do planeta;
- 10) Fortalecer os BRICS e iniciativas semelhantes;
- 11) Ser contra o projeto neoliberal, lutando contra a precarização do trabalho, as privatizações e o Estado mínimo;
- 12) Defender o socialismo para a melhoria de vida da classe trabalhadora mundial, por uma sociedade justa e igualitária.
- 13) Defender 10% do PIB para a educação pública;
- 14) Defender o financiamento público para a educação profissional pública;
- 15) Defender os serviços públicos;
- 16) Ser contra a terceirização dos serviços públicos e privados;
- 17) Criar mecanismos para combater a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho;
- 18) Defender a Previdência pública;
- 19) Lutar pela Democracia;
- 20) Lutar contra as reformas da Previdência e trabalhista;
- 21) Lutar por nenhum direito a menos;
- 22) Ser contra as propostas de retirada de direitos dos trabalhadores;
- 23) Fora Temer! Diretas já!;
- 24) Ser contra a corrupção;
- 25) Lutar contra todas as formas de preconceito;
- 26) Ser contra a exploração e a violência contra as mulheres, LGBTs e negros;
- 27) Criar um Fórum permanente de debate sobre educação e diversidade;



- 28) Contra a Meritocracia;
- 29) Democratização da Comunicação;
- 30) Contra a criminalização dos Movimentos Sociais.
- 31) Ser contrário à ampliação de vagas públicas sem recursos financeiros que garantam a qualidade de ensino;
- 32) Ser favorável à realização de concurso público para a contratação de professores e funcionários para as escolas técnicas e tecnológicas no estado de São Paulo;
- 33) Ser favorável a implantação da Resolução 63/95 da UNESP, que cria a representação dos três segmentos (docentes, funcionários e estudantes) do Centro Paula Souza no Conselho Deliberativo.
- 34) Lutar pela manutenção do vínculo e associação do CEETEPS à UNESP;
- 35) Lutar pela redemocratização do CEETEPS, com eleições diretas para todos os cargos efetivos da instituição;
- 36) Lutar pela manutenção do caráter público e gratuito da educação profissional e tecnológica;
- 37) Defender a manutenção do regime jurídico de autarquia de regime especial para o CEETEPS;
- 38) Exigir melhores condições de trabalho e salário, com respeito à política salarial do CRUESP;
- 39) Lutar por salários dignos e defesa dos nossos direitos sociais e trabalhistas;
- 40) Continuar a luta pela dotação orçamentária para o CEETEPS, a fim de garantir a manutenção digna da educação profissional e tecnológica pública paulista, com a efetiva participação dos dirigentes sindicais;
- 41) Contra a mutilação do Ensino Médio e defesa dos nossos cursos.
- 42) Lutar pela revisão da carreira implantada em 2014, como ora proposto;

- 43) Lutar pela revisão geral anual dos salários;
- 44) Denunciar aos organismos internacionais o descumprimento dos direitos dos trabalhadores brasileiros;
- 45) Lutar pela eficácia da Convenção 151 e Recomendação 159 da OIT;
- 46) Ser contra a retirada de qualquer direito dos trabalhadores do CEETEPS;
- 47) Defender o Estatuto do Idoso, o ECA e os direitos dos aposentados;
- 48) Exigir maior transparência e revisão das regras de atribuição de aulas;
- 49) Defender a formação continuada para os trabalhadores do CEETEPS, tanto na própria instituição como em parceria com as universidades estaduais paulistas e órgãos estatais;
- 50) Lutar pelo cumprimento da lei sobre os cargos em comissão, estabelecendo limites e preferência aos trabalhadores do quadro permanente;
- 51) Exigir ampla divulgação da grade horária de todos os trabalhadores do CEETEPS;
- 52) Exigir que o Portal da Transparência do CEETEPS seja redesenhado, incluindo a totalidade dos vencimentos de docentes e funcionários, por meio da FAT, pós-graduação e outros serviços pagos pelo CEETEPS;
- 53) Exigir do governo estadual o cumprimento da lei que instituiu a data-base do funcionalismo público estadual;
- 54) Exigir do CEETEPS o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;
- 55) Criar uma agenda de formação e informação mais constante para os dirigentes sindicais;
- 56) Lutar por mais representação sindical nas instâncias de base e regionais, para fortalecer a categoria;
- 57) Fortalecer as redes sociais do SINTEPS, com mais visibilidade, por meio de debates e apresentações jurídicas e políticas e de interação com todas as áreas que compreendem a atuação do sindicato;
- 58) Combater o assédio moral e fortalecer a Comissão de Combate ao Assédio Moral do SINTEPS;
- 59) Defender a escola pública, gratuita, laica, estatal e com qualidade para todos. Verba pública somente para a escola pública;
- 60) Ser contra a Reforma do Ensino Médio;
- 61) Defender 10% do PIB para a educação pública;
- 62) Ser contra a privatização do Centro Paula Souza.

Teses, moções, contribuições, alterações estatutárias

Para organizar e subsidiar os debates durante o VIII Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, o temário geral foi dividido em tópicos. Nos meses que antecederam o evento, os interessados puderam apresentar teses, moções e contribuições.

As teses foram compostas dos seguintes itens:

- I - Conjunturas Internacional, Nacional e Estadual
- II - Trabalhadores do Ceeteps: direitos, reivindicações e lutas
- III - Reformulações Estatutárias do Estatuto Social do Sinteps
- IV - Plano de Lutas do Sinteps

Contemplando estes temas, inscreveram-se duas teses ao VIII Congresso: “Sinteps sempre na luta” e “Muda Sinteps - Lutar e mudar

as coisas me interessa mais”.

Elas foram apresentadas ao plenário do Congresso por seus autores e, na sequência, amplamente discutidas nos grupos. Na plenária final, submetidas à votação para se definir qual seria a tese geral do Congresso, foi vencedora a “Sinteps sempre na luta”, defendida pela atual diretoria do Sinteps.

Ambas foram divulgadas no Caderno de Teses que, juntamente com os demais tópicos relacionados ao VIII Congresso (moções, plano de lutas, alterações estatutárias, fotos), pode ser conferido no *site* da entidade (www.sinteps.org.br), em “Fique por dentro” - “VIII Congresso do Sinteps”.



EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA DATA-BASE 2018

Pelo presente Edital, a Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES DO CEE-TEPS, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo, Sílvia Elena de Lima, vem convocar todos os trabalhadores da categoria a participarem da Assembleia Geral Extraordinária da Categoria, que será realizada no dia 15/12/2017, às 14h00min, em 1ª convocação, e as 14h30min, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, na sede do Sindicato, localizada na Praça Coronel Fernando Prestes, 74, Subsolo, Bom Retiro, São Paulo/SP, CEP 01124-060, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Aprovação da Pauta da Campanha Salarial 2018;
- Aprovação da realização de Assembleia Geral em caráter permanente e setorial, que poderá ser realizada nos locais de trabalho com a participação de toda a categoria;
- Autorização para desconto da taxa negocial ou outra contribuição de custeio do processo de negociação ou manutenção da entidade necessária para o custeio da atividade sindical;
- Autorização para que o Sindicato possa realizar negociações coletivas, entabular acordos e deflagrar movimento de greve.

São Paulo, 01 de dezembro de 2017.
Sílvia Elena de Lima
Presidente do SINTEPS
RG 8470347-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015/2017

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do CEE-TEPS, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo - SINTEPS - no uso de suas atribuições, convoca Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 30, parágrafos b e c, a realizar-se em:

Data: 15/12/2017 (sexta-feira).

Horário: 15h.

Local: Sede do Sinteps (Praça Cel. Fernando Prestes, 74 – subsolo – Bom Retiro - São Paulo – SP)

Pauta:

- Discussão e aprovação do Orçamento do SINTEPS para o próximo ano.
- Análise e discussão do balanço financeiro e patrimonial.

São Paulo, 01 de dezembro de 2017.
Sílvia Elena de Lima
Presidente do SINTEPS
RG 8470347-7

O mal silencioso

Justiça condena Ceeteps em mais um caso de assédio moral

A lembrança da dor e da humilhação ainda é nítida para Gabriela Marques da Silva Souza. Mas hoje, com tranquilidade, ela conta que não passa disso: uma lembrança. Gabriela foi vítima de assédio moral, buscou o apoio do Sinteps, ingressou na justiça e foi vitoriosa.

Sua trajetória no Centro Paula Souza teve início em 2011, como estagiária na ETEC João Baptista de Lima Figueiredo, em Mococa. Aprovada em concurso no final daquele ano, assumiu o posto de Auxiliar Administrativa na secretaria da unidade em janeiro de 2012. A primeira frase ouvida por ela, no que deveria ser o dia do seu acolhimento no setor, foi: “Vocês não estão aqui para fazer amizades, mas sim para trabalhar.”

Teve início, então, uma rotina de pressões e agressões emocionais por parte da chefia imediata. “Fui ficando cada vez mais recolhida”, lembra Gabriela. Com picos constantes de pressão alta e diagnóstico de depressão, foi preciso recorrer a tratamento médico e acompanhamento psicológico.

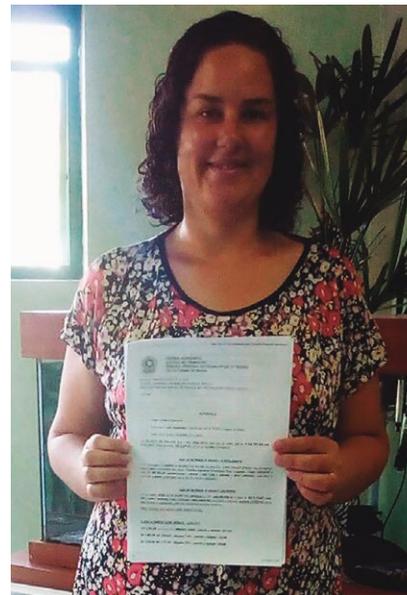
Foi ao ler uma matéria no jornal do Sinteps, sobre assédio moral, que a servidora se deu conta do que estava acontecendo. “Eu nem imaginava que tudo aquilo que estava passando era assédio moral e que esse mal atingia tantos trabalhadores”, diz.

Gabriela procurou o Sinteps e foi atendida pela Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral da entidade. Foi orientada a juntar provas e a reunir testemunhas, que deram sustentação à ação impetrada pelos advogados do Sinteps.

No início deste ano, saiu a decisão do juiz Rodrigo de Mattos Takayassu, condenando o Centro a indenizar Gabriela. Diz um dos trechos da sentença:

“No que toca à espécie de responsabilidade, é crucial mencionar que é do empregador o dever legal de oferecer ao seu empregado um meio ambiente laboral seguro e livre de riscos à saúde do trabalhador, motivo pelo qual ele responde pela integridade física e mental de seus funcionários de modo objetivo, nos termos da aplicação conjugada dos artigos 220, VII, e 225 da Constituição Federal e Lei 6.938/81.”

No final de 2014, após passar em concurso público em sua área de formação – a Pe-



Gabriela exibe a sentença: Vitória contra o assédio moral

dagogia – Gabriela deixou o Centro. Há três anos, ela trabalha como supervisora pedagógica na rede estadual mineira, na cidade de Arceburgo.

Se ficaram marcas? “Sim. De toda essa experiência, sinto que saí fortalecida, pois vi que é possível reagir e lutar.”

Sindicato tem comissão especial

Formada no VII Congresso da categoria, no final de 2013, a Comissão Permanente de Combate ao Assédio Moral do Sinteps tem recebido várias denúncias. Em todos os casos, o servidor é orientado como agir e passa a ver que não está sozinho. “O assédio moral é um problema crescente nos locais de trabalho e aumenta à medida que se ampliam a exploração, as más condições de trabalho e o arrocho salarial”, frisa Sílvia Elena de Lima, presidente do Sindicato.

Após o recebimento das denúncias, a ação do Sindicato pode se dar de diferentes formas:

- **Via administrativa:** Leva o caso ao empregador, com tudo documentado. Por meio desta iniciativa, já houve algumas reuniões de conciliação, junto à Ouvidoria do Centro.

- **Via jurídica:** Se a via administrativa não é bem-sucedida, parte-se para ações judiciais.

- **Via política:** Após receber a denúncia, o Sindicato a remete para a Comissão de Educação (CE) da Assembleia Legislativa. Já houve vários casos em que a CE realizou audiências públicas com a presença das partes envolvidas.

Para fazer a denúncia ou ter mais informações, escreva para sinteps@uol.com.br.

Para saber mais

O Sinteps organizou uma cartilha sobre o assédio moral, com orientações aos trabalhadores. Para acessá-la e a outros materiais a respeito do tema, entre no site (www.sinteps.org.br), vá em “**Fique por dentro**” – “**Assédio moral**”



Os frutos do golpe

Desmonte da Previdência é meta central do governo que tem 3% de aprovação

A reforma da Previdência, uma das principais metas do governo Temer, é um dos poucos ataques à população que ainda não se concretizaram. Medidas importantes, reclamadas pelos grandes grupos econômicos que financiaram o golpe em 2016, já foram aprovadas: o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos (teto de gastos), a reforma trabalhista, a ampliação da terceirização, a reforma do ensino médio, a entrega do pré-sal (a R\$ 1 centavo o litro!), entre outros. Todos esses ataques foram financiados com bilhões de reais em emendas parlamentares, liberadas pelo Executivo para “convencer” deputados e senadores.

Premidos pela proximidade das eleições de 2018, agora os parlamentares mostram-se reticentes em aprovar as mudanças na Previdência, mas governo e Congresso ainda tentam encontrar a melhor forma de fazer isso.

A nova proposta de reforma enviada pelo Executivo ao Congresso é especialmente perversa para os servidores públicos. E, ao contrário da propaganda do governo, não corta privilégios, como as altas aposentadorias dos parlamentares, e ataca apenas a classe trabalhadora, que terá de trabalhar mais, ganhar menos e, se quiser receber o valor integral da aposentadoria (no limite do teto), deverá contribuir durante 40 anos!

O que muda com a reforma

Os principais pontos da nova proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso são:

Idade mínima

- Trabalhadores privados (urbanos) e servidores públicos: 62 anos para mulheres e 65 para homens. A exceção é para professores (60 anos), policiais e quem trabalha em “ambientes nocivos à saúde” (55 anos). Para pessoas com deficiência, não há idade mínima.

Tempo mínimo de contribuição

- Trabalhador privado (aqui também se encaixam os servidores celetistas): 15 anos (para a aposentadoria parcial).
- Servidor público: 25 anos para a aposentadoria parcial.

Cálculo da aposentadoria

- Se aposentar-se com 15 anos de contribuição (respeitando a idade mínima), o trabalhador privado



Ato na Av. Paulista, em SP, em 5/12: Sinteps presente!

receberá somente 60% da média das suas contribuições. O percentual vai aumentando lentamente, e só será de 100% da média após 40 anos de contribuição. - No caso do servidor público, se tiver a idade mínima e 25 anos de contribuição, já poderá se aposentar, mas com um benefício de 70% da média das contribuições que fez ao longo da vida, limitado ao teto. Para chegar aos 100%, também precisará contribuir 40 anos. O texto é nebuloso e deixa dúvidas sobre como ficariam os direitos dos servidores – em relação à integralidade e à paridade – que ingressaram antes de 2003.

Pensão por morte

A nova versão da reforma mantém o limite de 2 salários mínimos para quem acumular pensão por morte e aposentadoria. A pensão por morte deixa de ser integral, passando a 50% do valor do benefício do segurado falecido + 10% por dependente.

Servidores são os mais atacados

Como se viu no tópico acima, os servidores são os mais prejudicados com a reforma. A campanha mentirosa que o governo paga para veicular na grande imprensa procura mostrá-los como “privilegiados” em relação aos que trabalham na iniciativa privada. Mas não diz que:

1) Os servidores que ingressaram depois de 2003 já não têm direito à integralidade e nem à paridade (mesmo

salário da ativa ao se aposentar);

2) Os servidores já estão submetidos à idade mínima para se aposentar: 60 anos para homens e 55 para mulheres. A exceção é para os professores (5 anos menos);

3) Os servidores não têm Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ao se aposentar, direito garantido na iniciativa privada.

A aposentadoria deles e a nossa: Quanta diferença!

ELES TRABALHAM POUCO, GANHAM MUITO, SE APOSENTAM CEDO E AINDA ROUBAM VOCÊ!

GEDDEL VIEIRA LIMA (O HOMEM DA MALA) ex-secretário do governo, se aposentou com 51 anos com o salário de R\$20 mil	MICHEL TEMER se aposentou aos 55 anos como procurador com o salário R\$45 mil	ELISEU PADILHA ministro-chefe da Casa Civil, se aposentou aos 53 anos com o salário de R\$20 mil	HENRIQUE MEIRELLES Ministro da Fazenda se aposentou com 57 anos e recebe R\$250 mil do Bank Boston
--	--	---	---

REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO!

CPI da Previdência mostra que déficit, principal argumento para arrochar a aposentadoria, NÃO EXISTE!

Pouco divulgado pela grande mídia, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência apresentado no Senado em 23/10, joga mais lenha nesta fogueira. Os dados apresentados pelo relator da CPI, senador Hélio José (Pros-DF), são contundentes.

O documento rebate os números apresentados pelo governo para justificar as propostas de mutilação dos direitos dos trabalhadores, de que haveria um déficit previdenciário que somou R\$ 226,9 bilhões em 2016. O valor, segundo o governo, considera o “rombo” do INSS e do regime dos servidores da União.

“Os dados do governo sobre a contabilidade da



Previdência Social são absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas”, destacou o relator (*Folha de S. Paulo*, 24/10/2017).

O relatório da CPI destaca, ainda, a enormes distorções relativas ao financiamento do sistema. “Os casos emblemáticos de sonegação que recorrentemente são negligenciados por ausência de fiscalização e meios eficientes para sua efetivação são estarrecedores e representam um sumidouro de recursos de quase impossível recuperação em face da legislação vigente”, diz o texto.

De acordo com o relatório da CPI, as grandes empresas devem R\$ 450 bilhões à Previdência.

Sinteps integra luta contra o “PL da maldade” de Alckmin

A pressão dos servidores públicos, organizados em suas entidades representativas, já produziu alguns resultados em relação ao projeto de lei 920/2017, o “PL da maldade”, enviado pelo governador Geraldo Alckmin à Assembleia Legislativa (Alesp) em 5/10. O projeto prevê a renegociação da dívida paulista com a União e congelamento dos gastos do governo por dois anos. Para fazê-lo, Alckmin inspirou-se na Emenda Constitucional nº 95 – a “PEC do fim do mundo” –, aprovada pelo governo Temer, que congela os investimentos públicos por 20 anos.

Em audiência pública sobre o PL 920, realizada em 26/10, vários deputados da base governista, certamente vislumbrando os estragos eleitorais em suas carreiras, fizeram críticas ao governador.

O deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, apresentou uma proposta de emenda Aglutinativa ao PL 920, na qual procura criar algumas salvaguardas ao funcionalismo, retirando dos cortes dos gastos primários as possíveis reposições de perdas, promoções, concursos públicos para repor os cargos vagos e direitos de ordem pecuniária previstos em lei.

Porém, as entidades do funcionalismo apontam que mesmo estas “salvaguardas” são dúbias no texto de Munhoz. Além do mais, elas são contrárias a

que se cortem gastos estruturais nos serviços públicos, pois isso significará prejuízo para toda a população, com piora na educação, saúde, segurança, justiça etc.

Por isso, a luta pela retirada do “PL da maldade” continua.

Campanha de e-mails

O Sinteps vem participando de todas as atividades de luta contra o PL 920 e, junto com as demais entidades do funcionalismo, integra o Fórum dos Servidores Paulistas, construindo uma frente ampla de resistência ao governo Alckmin.

Esse Fórum já realizou atos públicos contra o PL e está organizando uma campanha de e-mails aos deputados paulistas, contra o projeto. A ideia é mostrar-lhes que estamos de olho e, se aprovarem o “PL da maldade”, terão o troco nas eleições. Participe você também. O modelo de e-mail e a lista de endereços dos deputados estão no site (www.sinteps.org.br), no item “Fique por dentro”, “PL 920/2017”. Você não vai gastar mais do que cinco minutinhos para dar sua contribuição nesta luta fundamental para os servidores paulistas.

Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps, fala na audiência pública em 26/10



“Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial. Industrializou a esperança fazendo-a funcionar no limite da exaustão. Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos. Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez com outro número e outra vontade de acreditar que daqui para adiante vai ser diferente...”

Carlos Drummond de Andrade

Que 2018 seja, para cada um de nós, um tempo para pensar, lutar e ser feliz!

O Sinteps deseja boas festas e um ótimo ano novo a todas e todos!

